

Prevenção e Promoção de Saúde 11



Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

Prevenção e Promoção de Saúde 11



Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P944	Prevenção e promoção de saúde 11 [recurso eletrônico] / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Prevenção e promoção de saúde; v.11) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-843-4 DOI 10.22533/at.ed.434191812 1. Política de saúde. 2. Saúde pública. I. Silva Neto, Benedito Rodrigues da. II. Série. CDD 362.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Prevenção e Promoção de Saúde” é uma obra composta de onze volumes que apresenta de forma multidisciplinar artigos e trabalhos desenvolvidos em todo o território nacional estruturados de forma a oferecer ao leitor conhecimentos nos diversos campos da prevenção como educação, epidemiologia e novas tecnologias, assim como no aspecto da promoção à saúde girando em torno da saúde física e mental, das pesquisas básicas e das áreas fundamentais da promoção tais como a medicina, enfermagem dentre outras.

Como sabemos a interdisciplinaridade na promoção e prevenção em saúde é fundamental haja vista que o processo de correlação entre duas ou mais disciplinas tem sido cada vez mais frequente na busca pela saúde. A interdisciplinaridade propõe a capacidade de dialogar com as diferentes áreas, fazendo entender o saber como um todo. Dessa forma quando agregamos em um mesmo volume trabalhos relativos à saúde do trabalhador, obesidade, epidemiologia, avaliação da assistência à saúde, anormalidades congênitas, doenças parasitárias dentre outros temas já discutidos nos volumes anteriores procuramos de certa forma instigar e demonstrar para o leitor a importância de se promover saúde partindo de um conceito básico porém cada vez mais discutido que é a correlação entre as diferentes áreas da saúde.

Deste modo, a coleção “Prevenção e Promoção de Saúde” apresenta uma teoria bem fundamentada seja nas revisões, estudos de caso ou nos resultados práticos obtidos pelos pesquisadores, técnicos, docentes e discentes que desenvolveram seus trabalhos aqui apresentados. Ressaltamos mais uma vez o quão importante é a divulgação científica para o avanço da educação, e a Atena Editora torna esse processo acessível oferecendo uma plataforma consolidada e confiável para que diversos pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Benedito Rodrigues da Silva Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ADESÃO AO USO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO AMBIENTE HOSPITALAR	
Francisco das Chagas Araújo Sousa Maria Layanne Viana Oliveira Lennara de Siqueira Coelho Érika Wanessa Oliveira Furtado Andrade Bianara Raelly Duarte Ibiapina dos Santos Germana de Alencar Maia Luz Francirraimy Sousa Silva Natália Maria Freitas e Silva Maia Lorena Rocha Batista Carvalho Marcelo de Moura Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.4341918121	
CAPÍTULO 2	11
ALTERAÇÕES NO MICROBIOMA INTESTINAL E OBESIDADE, EXISTEM EVIDÊNCIAS?	
Ismael Paula de Souza Márcia Lidiane Barreto Martins Paulo Joel de Almeida Guilherme Marina Queiroz de Oliveira Mariana Carvalho Freitas Annunziata Cunto de Vasconcelos Luana Vieira Carvalho de Oliveira Nayara Luana Guillen Pumar Kamila Maria Oliveira Sales Kelly Christine de Assis Ferreira Ana Angélica Queiroz Assunção Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4341918122	
CAPÍTULO 3	17
ANÁLISE CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DA INTERVENÇÃO FISIOTERÁPICA EM PACIENTES COM ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO DE UM HOSPITAL PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE-GO	
Vergílio Pereira Carvalho Hugo Leonardo Shigenaga Ribeiro Fernanda Sardinha de Abreu Tacon Emanuelle Christina Araújo dos Santos Daniela Textor Emiliana Ferreira Guimarães e Silva Sarah Nogueira Marins Rayanne Mendes Pereira Vinicius Borges Pires Belise Vieira Evangelista da Rocha Jair Pereira de Melo Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.4341918123	
CAPÍTULO 4	24
AVALIAÇÃO DOS ATRIBUTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE DO ESTADO DO PARANÁ	
Tatiana Ribas Kleinübing	
DOI 10.22533/at.ed.4341918124	

CAPÍTULO 5	39
O PROGNÓSTICO DE RECÉM-NASCIDOS COM DIAGNÓSTICO DE HÉRNIA DIAFRAGMÁTICA CONGÊNITA ADMITIDOS ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2015 NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL DE UM HOSPITAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
Roberta Ivanira Silva do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.4341918125	
CAPÍTULO 6	77
PREVALÊNCIA DE PARASITÓSES INTESTINAIS EM CRIANÇAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL	
Francisco das Chagas Araújo Sousa	
Dayane Silva Costa	
Lennara de Siqueira Coelho	
Érika Wanessa Oliveira Furtado Andrade	
Bianara Raelly Duarte Ibiapina dos Santos	
Germana de Alencar Maia Luz	
Francirraimy Sousa Silva	
Natália Maria Freitas e Silva Maia	
Lorena Rocha Batista Carvalho	
Marcelo de Moura Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.4341918126	
CAPÍTULO 7	92
PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO EM IDOSOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Prisciane Cardoso Silva	
Daiane Porto Gautério Abreu	
Marina Soares Mota	
Stella Minasi de Oliveira	
Rochele Maria Zugno	
Suelen Gonçalves de Oliveira	
Evelyn de Castro Roballo	
Márcia Marcos de Lara	
Bianca Rocha Alves	
Rafael Pedroso Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.4341918127	
CAPÍTULO 8	102
RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS E PERFUROCORTANTES EM LIXO COMUM E OS RISCOS À SAÚDE DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	
Leila Zanatta	
Ana Paula Dall Bello	
Demile Regina Carraro	
Arnildo Korb	
DOI 10.22533/at.ed.4341918128	
CAPÍTULO 9	114
TORNANDO VISÍVEL O CÂNCER RELACIONADO AO TRABALHO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE VIGILÂNCIA	
Fátima Sueli Neto Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.4341918129	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	140
ÍNDICE REMISSIVO	141

RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS E PERFUROCORTANTES EM LIXO COMUM E OS RISCOS À SAÚDE DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS

Leila Zanatta

Universidade do Estado de Santa Catarina
- Centro de Educação Superior do Oeste -
Departamento de Enfermagem – Mestrado
Profissional em enfermagem na Atenção Primária
à Saúde, Chapecó/SC.

Ana Paula Dall Bello

Universidade do Estado de Santa Catarina
- Centro de Educação Superior do Oeste -
Departamento de Enfermagem, Chapecó/SC.

Demile Regina Carraro

Universidade do Estado de Santa Catarina
- Centro de Educação Superior do Oeste -
Departamento de Enfermagem, Chapecó/SC.

Arnildo Korb

Universidade do Estado de Santa Catarina
- Centro de Educação Superior do Oeste -
Departamento de Enfermagem – Mestrado
Profissional em enfermagem na Atenção Primária
à Saúde, Chapecó/SC.

RESUMO: Os medicamentos têm papel muito importante na vida das pessoas, porém, quando administrados de forma inadequada podem causar muitos malefícios à saúde. O consumo sem controle pode ocasionar sobras e conseqüentemente descarte inadequado, gerando riscos para a saúde das pessoas e para o equilíbrio do ambiente. A maioria da população desconhece a forma correta de descarte de medicamentos vencidos ou em

desuso, desprezando-os em pias de banheiro ou cozinha, vasos sanitários, terrenos baldios ou em lixeiras de materiais recicláveis. Essas atitudes impactam negativamente, causando intoxicações medicamentosas, resistência bacteriana aos antimicrobianos e alterações hormonais em algumas espécies de seres aquáticos. A contar que esses resíduos retornam para a população através da água, pois grande maioria não é removida pelos tratamentos tradicionais. Além de medicamentos descartados de forma incorreta, a população também descarta materiais perfurocortantes no lixo domiciliar, aumentando o risco de acidentes de trabalho e danos à saúde dos trabalhadores que manipulam esses resíduos no processo de reciclagem. Esse artigo visa contribuir de modo a tornar mais complexo o olhar sobre a temática de descarte de resíduos de medicamentos. Os riscos não são mínimos, porém, difíceis de serem mensurados diante das distintas formas pelas quais esses podem interferir negativamente na saúde ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduos de medicamentos, perfurocortantes, descarte, catadores de materiais recicláveis.

DRUG RESIDUES AND SHARPS ON
COMMON WASTE: A RISK TO RECYCLABLE

ABSTRACT: Medicines play a very important role in people's lives, but if used improperly can cause many health harms. Excessive drug use can lead to unwanted situations like leftovers medication and consequently improper disposal, generating risks to human health and to environment. Many people do not know the correct ways of disposal the expired or outdated medicines so disposing them improperly at sinks, toilets, wastelands, or recycle bin. These attitudes impact negatively, causing drug intoxication, bacterial resistance to antimicrobials and hormonal changes in some species of aquatic beings. As long as these wastes return to the population through water, since the vast majority is not removed by traditional treatments. In addition to incorrectly discarded medicines, the population also disposes of sharps in household waste, increasing the risk of occupational accidents and damage to the health of workers handling this waste in the recycling process. This article aims to contribute in order to make it more complex to look at the topic of drug waste disposal. The risks are not minimal, however, difficult to measure in view of the different ways in which they can negatively affect environmental health.

KEYWORDS: Drug residues, sharps, discard, recyclable waste collectors.

1 | INTRODUÇÃO

Os medicamentos são substâncias que trazem muitos benefícios para a saúde das pessoas, agindo no alívio dos sintomas, prevenção e tratamento de doenças e auxiliando no diagnóstico (BRASIL, 2011). Porém, se usados de forma inadequada podem causar malefícios à saúde. O Brasil está entre os maiores consumidores de medicamentos do mundo, fato definido pelas políticas governamentais adotadas que colaboraram para o crescimento do seu consumo (ALVARENGA; NICOLETTI, 2010). Este elevado consumo acarreta algumas situações como a sobra e o descarte desses produtos. Muitas são as causas dessas sobras, a citar: as apresentações das especialidades farmacêuticas com quantidades superiores aos esquemas posológicos normalmente empregados; a propaganda e anúncios de medicamentos estimulando os consumidores à compra não necessária; a não adesão dos pacientes ao tratamento prescrito; a alteração de esquema medicamentoso durante o tratamento, bem como a melhora ou cura de alguma doença ou óbito do paciente. Essas sobras geralmente são descartadas, em pias, vaso sanitário e no lixo comum (ALVARENGA; NICOLETTI, 2010)

O descarte inadequado de medicamentos é um grande problema, uma vez que a população não possui conhecimento do agravo que isso pode causar ao meio ambiente. Grande parte da população não conhece ou não tem informação quanto ao método correto de descarte de medicamentos vencidos ou em desuso presentes

nos domicílios (CRIPPA et al., 2017). Medicamentos vencidos e descartados são classificados como resíduos, que podem provocar malefícios à saúde de pessoas e ao meio ambiente. Entre vários riscos que o descarte incorreto de fármacos pode provocar estão: contaminação da água, do solo e alimentos; e a intoxicação de animais e pessoas, principalmente as pessoas carentes e crianças mais vulneráveis, como frequentadores de lixões ou aterros sanitários que reaproveitam os resíduos de medicamentos (BRASIL, 2010).

Em relação ao meio ambiente, na água de consumo humano e no solo, têm sido encontrados resíduos de fármacos, cosméticos e produtos de higiene corporal classificados como contaminantes ambientais emergentes (CARVALHO et al., 2009). Existe associação entre a presença desses resíduos com distúrbios no sistema reprodutivo de animais. Tamaña preocupação é com a vida aquática, onde esses resíduos se acumulam (MAIA; GIORDANO, 2012).

Esses descartes inadequados são potencializados pela presença de materiais perfurocortantes, como agulhas, juntamente com materiais recicláveis. Lazzari e Reis (2011) relataram a existência de riscos biológicos na atividade laboral dos catadores de lixo, além dos acidentes com agulhas descartadas em lixo domiciliar e que chega até eles. Estes acidentes causam lesões que acabam sendo portas de entrada de microrganismos, muitos patogênicos e que podem desencadear sérias infecções, especialmente, por estarem contaminadas da sua origem ou do próprio ambiente do lixo. A questão mais preocupante é saber que essas origens são somatizadas (LAZZARI; REIS, 2011).

Neste contexto, evidenciamos que catadores de lixo precisam ser melhor orientados para o uso de uma forma correta de manusear esses materiais, a fim de evitar ou amenizar riscos ocupacionais relacionados ao manuseio dos resíduos de medicamentos e dos perfurocortantes. Por outro lado, a população em geral necessita ser orientada sobre como descartar os resíduos sólidos de saúde gerados em suas casas de modo que facilite aos trabalhadores a coleta e a triagem do lixo (LAZZARI; REIS, 2011), pelo menos enquanto não tivermos em vigência políticas específicas que tratem da coleta específica desses materiais, com a lei da logística reversa.

Na sequência discursaremos de maneira mais intensa e aprofundada a respeito da problemática socioambiental que envolve os resíduos da saúde humana e riscos à população de catadores e ao meio ambiente. Queremos reforçar que essa população de catadores presta um serviço de extrema necessidade para a sociedade em geral, considerando a quantidade de resíduos gerados e a falta de consciência ambiental da população consumidora.

2 | MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO

A população brasileira, em sua grande maioria, dispõe de medicamentos em sua residência, esse material compõe a popularmente denominada “farmácia caseira” (reserva domiciliar). Estes estoques/reservas normalmente originam-se das sobras de tratamentos já finalizados ou interrompidos, ou daqueles medicamentos que são comprados em quantidades superiores às necessárias ao tratamento e que são armazenados para serem utilizados posteriormente. Outros fatores que contribuem para que se tenha excesso de fármacos em domicílio são as poucas orientações fornecidas pelos profissionais farmacêuticos e enfermeiros, a automedicação, alteração do plano terapêutico, distribuição de amostras grátis e venda não fracionada (BUENO et al., 2009). A venda fracionada é uma alternativa relevante para a redução da quantidade de fármacos comercializados e o Decreto nº 74.170/74, que regulamenta a Lei nº 5.991/73, possibilita o fracionamento dos medicamentos. Contudo, o fracionamento não é obrigatório, o que permite à indústria farmacêutica continuar a produção e a comercialização em quantidades acima das necessárias para atender ao tratamento das patologias (LIBRELON, 2011).

Bueno, Weber e Oliveira (2009) relatam que as “farmácias caseiras”, normalmente possuem algumas fórmulas destinadas a emergências, como analgésicos, antitérmicos e antigripais, comercializados sem receita médica. Porém, é muito comum conter sobras de medicamentos que precisam de receita médica, como os antibióticos e psicotrópicos, para um possível consumo, podendo ficar guardados até que a validade expire.

Para que estes fármacos tenham ação total, precisam estar em condições apropriadas para consumo e dentro do período de validade. Estas informações são importantes para a efetividade do tratamento e segurança do usuário/paciente. Após expirar a data de validade, os fármacos não devem ser utilizados, mas sim descartados para que não ocorram problemas como intoxicações, além da utilização sem indicação ou sem necessidade, o que pode gerar a ineficácia em tratamentos posteriores, como no caso dos antimicrobianos devido à seleção de bactérias resistentes a esses fármacos (BRASIL, 2011).

3 | NORMAS SANITÁRIAS SOBRE O MANEJO DOS RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS E PERFUROCORTANTES

O lixo é considerado um grande problema de saúde pública. Suas repercussões nos âmbitos ambiental, econômico e sanitário são fatores relevantes na saúde e qualidade de vida de uma população (DALL’AGNOL; FERNANDES, 2007).

Os resíduos de medicamentos, também classificados como resíduos sólidos,

já se tornaram um problema global, levando em consideração seu descarte de forma inadequada. Isto, principalmente, por parte dos usuários que não sabem o que fazer com medicamentos em desuso e com validade expirada, além de desconhecerem os danos procedentes do descarte incorreto (KOSHY, 2013).

No que concerne os resíduos produzidos em estabelecimentos de saúde, há mais de uma década existem resoluções que definem o que deve ser feito com esses produtos. A Resolução Da Diretoria Colegiada - RDC n.º 306/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e a Resolução n.º 358/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) dispõem sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e o tratamento e a disposição final desses resíduos, respectivamente. Passados alguns anos da entrada em vigor dessas resoluções e devido à publicação da Lei 12.305 em 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), houve a necessidade de revisar a RDC n.º 306/2004 e uma nova normativa (RDC N.º. 222/2018) contemplando as novidades legais e tecnológicas foi publicada em 2018. A RDC 222/18 define os geradores de RSS todos os serviços em quem há atividade vinculada à saúde humana ou animal, e inclui salões de beleza e estética, dentre outros afins, como obrigatórios possuir a correta gestão dos resíduos conforme estabelecido pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS). Quanto à destinação final dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI), artigos e materiais utilizados nos serviços de saúde, e também as vestimentas, a nova RDC 222/18 possibilita que sejam descartados como grupo D desde que não contenha contaminação química, biológica e radiológica. Outra novidade que trouxe a RDC 222/18 foi em relação ao tratamento aplicado aos resíduos de biotério que diz, nos casos em que não houver risco biológico passa a pertencer ao grupo D (anteriormente pertencia ao grupo A), no entanto, carcaças se mantém no grupo A (BRASIL, 2018).

No entanto, para o manejo de resíduos domiciliares não existem legislações específicas. Itens, como os perfurocortantes e aqueles contaminados por fluídos biológicos, a destacar as seringas e lancetas usadas por pacientes diabéticos, precisam ser descartados em receptores padronizados conforme a normativa (OLIVEIRA; PASCALI, 2015), assim como os resíduos de medicamentos.

Resíduos de medicamentos estão associados a repercussões ambientais, como a contaminação da água e do solo e conseqüentemente a intoxicação de organismos que vivem nesse meio, e, portanto, há necessidade de soluções que visem a destinação correta deste tipo de resíduo. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305, e regulamentada por meio do Decreto n.º 7.404 (BRASIL, 2010), refere-se à logística reversa como meio para o gerenciamento efetivo dos resíduos. Conforme o projeto de lei n.º 375 de 2016, em tramitação no senado, e já aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, para medicamentos de

uso humano e suas embalagens será obrigatória a implementação de sistema de logística reversa (BRASIL, 2016). Uma vez implementada, as farmácias e drogarias atuariam como pontos de coleta de medicamentos vencidos e/ou não utilizados (GRACIANI; FERREIRA, 2014).

Aurélio, Pimenta e Ueno (2015) sugerem como propostas para planejamento, organização e operacionalização da logística reversa de medicamentos: ampliação da divulgação de orientações e informações sobre descarte seguro de fármacos à comunidade; implantação de serviço de recolhimento de medicamentos nas farmácias e drogarias; treinamento de pessoas que atuam com atendimento ao cliente (atendentes de farmácia, balconistas e caixas) sobre a logística reversa de medicamentos; busca de parcerias com laboratórios farmacêuticos e Poder Público para negociação e efetivação de ações de logística reversa de medicamentos; organização e realização de ações e campanhas de conscientização da comunidade sobre descarte correto e seguro de medicamentos.

4 | PRÁTICAS E CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE O DESCARTE DE MEDICAMENTOS E PERFUROCORTANTES

Um dos problemas envolvendo resíduos de saúde gerados em domicílio são as agulhas utilizadas por pacientes diabéticos insulino-dependentes. Na maioria das vezes, o descarte de perfurocortantes provenientes do tratamento de insulino-terapia não acontece de maneira recomendada. Estes acabam sendo descartados em lixeiras comuns ocasionando danos à saúde dos profissionais que trabalham na coleta desses resíduos (BOAS; LIMA; PACE, 2014).

O estudo realizado por Cunha et al. (2017) apontou que, aproximadamente, metade dos usuários por eles acompanhados, no momento da consulta, recebia orientação sobre o descarte do material utilizado no teste de glicemia e na administração da insulina (51%). Apesar disso, 57,7% dos entrevistados alegaram que descartavam os insumos restantes do tratamento de insulina, como as seringas, lancetas, agulhas e algodão em lixo doméstico.

A Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD) recomenda que no momento em que o coletor ou o recipiente estiverem completos, esses precisam ser entregues em alguma Unidade Básica de Saúde (UBS) a fim de finalizar o destino de forma apropriada. O manejo adequado dos resíduos provenientes do tratamento da diabetes, bem como demais perfurocortantes, tem como propósito evitar acidentes e proteger as pessoas e a saúde pública, além do meio ambiente. O profissional de saúde é responsável por instruir, orientar e habilitar todos aqueles que estão envolvidos (BRASIL, 2017).

Se não houver recipiente exclusivo para o descarte de perfurocortantes, a alternativa mais correta é garantir uma orientação adequada para o descarte e que seja acessível para todos os pacientes, porém, se o acesso não for possível, a recomendação é de que se providencie um reservatório com as características semelhantes de um coletor, sendo ele de material inquebrável e resistente à perfuração, com tampa. Além dos perfurocortantes, os frascos de insulina, canetas descartáveis e, inclusive, o reservatório da bomba de infusão deve ser descartado no mesmo recipiente indicado para os perfurocortantes. Em relação a garrafas *pet* (de polietileno tereftalato), não é a mais adequada para o descarte desses resíduos domiciliares, pois não cumpre com as recomendações estabelecidas (OLIVEIRA; PASCALI, 2015).

Dantas e colaboradores (2018) comprovaram que somente 8% dos usuários por eles entrevistados devolviam aos postos de saúde os medicamentos não consumidos. Em contrapartida, 60% descartavam no lixo domiciliar e 32% em pias ou vaso sanitário. Este estudo revela a falta de conhecimento dos malefícios e da toxicidade ao meio ambiente e à saúde humana que o descarte inadequado de fármacos ocasiona (DANTAS; SILVA; FONSECA, 2018).

Um estudo realizado no Piauí, em 2017, apontou que grande parte dos entrevistados diz não ter conhecimento sobre o local correto para descartar medicamentos em desuso, mesmo sabendo que havia algum risco para o meio ambiente devido ao modo como realizavam o descarte. Isso confirmou a carência de ações de Educação em Saúde (ES) por parte dos profissionais de saúde, principalmente, daqueles que faziam parte da Estratégia Saúde da Família, sendo que tal atividade faz parte de suas atribuições e é de muita importância para a melhor compreensão da comunidade sobre o processo saúde-doença, proporcionando auxílio para a obtenção de novos hábitos e condutas que intervêm de maneira positiva naquela região (PEREIRA et al., 2019).

5 | DESCARTE INCORRETO DE MEDICAMENTOS E PERFUROCORTANTES - RISCOS À SAÚDE DE CATADORES DE RESÍDUOS

Os catadores de material reciclável estão em contato direto com material orgânico em decomposição, o que os deixa expostos a alguns riscos, sendo eles, físico, químico, biológico e psicossocial.

Dentre os riscos físicos, temos os acidentes mais comuns, que são os cortes e arranhões com materiais perfurocortantes. Muitos acidentes de trabalho ocorrem pelo fato desses trabalhadores nem sempre se protegerem e trabalharem diariamente em local inseguro e insalubre. Um estudo revelou que, 35% dos catadores já se acidentaram no ambiente de trabalho e a maioria dos acidentes foi causado por

perfurocortantes (NOGUEIRA; SILVEIRA; FERNANDES, 2017).

Outro estudo realizado em centrais de triagem de materiais recicláveis de São Paulo, mostrou que 100% dos catadores referiram ter encontrado materiais perfurocortantes entre os materiais recicláveis. Os materiais perfurocortantes estão entre os materiais que causam maior repulsa e medo entre os catadores, pelo risco de contaminação. O autor afirma que na percepção dos catadores de lixo do município, a população precisaria ter mais conhecimento quanto aos perigos que o material perfurocortante apresenta e fazer seu acondicionamento separado do lixo domiciliar comum (MOREIRA, 2017).

Carvalho et al. (2016) constatou que um dos fatores que mais incomoda e prejudica os catadores de lixo é carência de conscientização da população no que diz respeito aos perigos proporcionados pelos materiais perfurocortantes. O conhecimento insuficiente da população sobre este assunto origina o descarte inadequado, tornando o trabalho dos catadores de lixo uma atividade que proporciona maior risco de acidentes (CARVALHO et al. 2016).

Desta forma, os acidentes acabam expondo-os aos riscos químicos e biológicos, que por sua vez, podem ser responsáveis por algumas doenças infectocontagiosas, sendo tuberculose, pneumonia, dermatites infecciosas e casos de salmoneloses, parasitoses e tétano (LAZZARI; REIS, 2011). Anomalias imunológicas, câncer, danos ao aparelho reprodutor, doenças respiratórias e pulmonares, deficiências hepáticas, problemas renais e neurológicos, dermatites e intoxicações alimentares são alguns problemas de saúde relacionados às substâncias presentes nos locais de disposição de resíduos sólidos (NOGUEIRA; SILVEIRA; FERNANDES, 2017).

As Normas Regulamentadoras (NR), caracterizam o trabalho que lida com o lixo como sendo insalubre em grau máximo, por conta de que essa atividade exige contato direto e constante com agentes nocivos à saúde, classificada como uma das atividades mais arriscadas. Desta forma deve-se dispor de proteção trabalhista e EPI que incluem: luvas, máscaras, óculos de proteção, uniforme, avental impermeável e botas (NOGUEIRA; SILVEIRA; FERNANDES, 2017). Mesmo que os catadores estejam expostos a inúmeros fatores, nem sempre usam os EPI's. Alguns, apesar de afirmarem fazer uso dos EPI's, observou-se durante uma pesquisa que os mesmos não utilizavam de fato (NOGUEIRA; SILVEIRA; FERNANDES, 2017).

Estudo realizado em Brasília, demonstrou que os catadores costumam encontrar frequentemente medicamentos provindos do descarte incorreto das residências. Os medicamentos mais encontrados eram anti-hipertensivo, antidiabético, anti-inflamatórios, antibióticos, anticoncepcionais e analgésicos. Ao serem questionados referentes ao consumo desses medicamentos, alguns afirmaram que já consumiram ou ofereceram para outras pessoas esses fármacos encontrados no lixo (OLIVEIRA, 2014).

Outra condição insalubre é o fato de reaproveitarem alimentos, brinquedos, bijuterias, roupas, sapatos, medicamentos, entre outros. Constata-se nesses trabalhadores a condição de pobreza e exclusão social (DALL'AGNOL; FERNANDES, 2007).

Outra condição importante de risco à saúde dos catadores relaciona-se às questões psicossociais. A vergonha, exclusão social e humilhação marcam a história de vida desses trabalhadores que manipulam os resíduos, e sua ocupação é sentida como sendo desqualificada e sem reconhecimento pela população (PEREIRA, et al., 2012).

Mesmo que em geral atuem informalmente, o ato de catar materiais recicláveis caracteriza-se como uma ocupação regulamentada e incluída, desde 2001, na Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2002). No entanto, embora seja uma ocupação reconhecida, a mesma não traz garantias sociais e trabalhistas (NOGUEIRA; SILVEIRA; FERNANDES, 2017). Apesar de estarem inseridos no mercado de trabalho formal, esses trabalhadores permanecem excluídos. Normalmente, a renda média do catador de materiais recicláveis que trabalha em cooperativas de reciclagem de lixo não excede o salário mínimo (SOUZA; FONTES; SALOMÃO, 2014).

Existem também as cooperativas de catadores de lixo, que são sociedades autônomas de pessoas, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços aos seus colaboradores e que separam e vendem materiais recicláveis (FUNASA, 2007). Situadas na interface entre o consumo da população e a indústria de reciclagem, as cooperativas de reciclagem de lixo são responsáveis pela coleta e triagem, ou somente pela triagem dos materiais recicláveis (SOUZA; FONTES; SALOMÃO, 2014).

Nogueira, Silveira e Fernandes (2017), afirmam que, em geral os catadores não se atentam à prevenção e manutenção da saúde, pois nem todos se vacinam. Estudo em São Paulo revelou que os catadores de uma central de materiais recicláveis afirmaram não saber quais vacinas e número de doses eram necessárias para protegê-los dos riscos ocupacionais, somente 38,5% dos catadores estavam com a vacinação em dia (MOREIRA, 2017). Nem todos os trabalhadores têm acesso a informação sobre vacinação e exames médicos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é preciso uma abordagem holística para se alcançar a melhora da saúde dos trabalhadores, combinando segurança e saúde ocupacional, promoção da saúde, prevenção de doenças, combatendo os determinantes sociais da saúde e apoiando as famílias dos trabalhadores e a comunidade (WHO, 2006).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados aqui demonstram que ainda falta muita informação e conscientização por parte da população, sobre o destino que deve ser dado aos restos de medicamentos e de perfurocortantes presentes em suas residências. Além disso, são necessárias orientações aos profissionais que trabalham com a coleta e triagem do lixo, sobre a importância do uso de EPI's durante atividade laboral para evitar acidentes e riscos à sua saúde.

Embora exista um Projeto de Lei, que está em tramitação, com o objetivo de regulamentar o descarte de medicamentos e perfurocortantes gerados em domicílio, a população hoje ainda os descarta de forma incorreta, gerando inúmeras consequências para a saúde humana e o meio ambiente. Neste contexto, torna-se imprescindível a participação de profissionais da saúde, em especial os enfermeiros, na orientação da população sobre essa temática para que se possa reduzir os riscos associados a esses hábitos incorretos e o incentivo à vacinação para a população de catadores, que estão diariamente expostos a tantos riscos.

AGRADECIMENTOS

À Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina-FAPESC, pelo financiamento à publicação deste material(Edital FAPESC no4/2018) e a Udesc (EDITAL nº 02/2017 –UDESC/PAEX).

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L.S.V; NICOLETTI, M.A. Descarte doméstico de medicamentos e algumas considerações sobre o impacto ambiental decorrente. **Revista Saúde**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 34-39, 2010. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/763/829>. Acesso em: 27 jun. 2018

AURÉLIO, C.J; PIMENTA, R.F; UENO, H.M. Logística Reversa de medicamentos: estrutura no varejo farmacêutico. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v. 10, n. 3, p. 1-15, jul./set, 2015. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/viewFile/1255/668>. Acesso em: 01 fev. 2019.

BOAS, L.C.G; LIMA, M.L.S.A.P; PACE, A.M. Adherence to treatment for diabetes mellitus: validation of instruments for oral antidiabetics and insulin. **Rev Latino-Am Enfermagem**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 11-8, Jan./Fev, 2014. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4292700/>> Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0306_07_12_2004.pdf/95eac678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 29 de março de 2018**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410> Acesso em: 31 ago. 2019.

_____. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos** – 2009. Brasília/DF, Ministério da Saúde. 2011. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/livro_premio_DAF_2009.pdf. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2010. Disponível em: https://fld.com.br/catadores/pdf/politica_residuos_solidos.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Sociedade Brasileira de Diabetes; 2017-2018. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 375/2016**. Altera a lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, para inserir medicamentos de uso humano e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação de sistema de logística reversa. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127088>. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. **Resolução ANVISA RDC n. 222, de 28 de março de 2018**. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos resíduos de Serviços de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410. Acesso em: 27 mar. 2019.

BUENO, C.S; WEBER, D; OLIVEIRA, K.R. Farmácia caseira e descarte de medicamentos no bairro Luiz Fogliatto do município de Ijuí – RS. **Revista Ciência Farmacêutica Básica e Aplicada**. Rio Grande do Sul, v. 30, n. 2, p. 75-82, 2009. Disponível em: http://serv-bib.fcfa.unesp.br/seer/index.php/Cien_Farm/article/viewFile/601/826. Acesso em: 08 set. 2019.

CARVALHO, E.V. et al. Aspectos legais e toxicológicos do descarte de medicamentos. **Revista Brasileira de Toxicologia**, v. 22, n. 1, p. 1-8, 2009.

CARVALHO, V.F. et al. Riscos ocupacionais e acidentes de trabalho: percepções dos coletores de lixo. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 10, n. 4, p. 1185-1193, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11102/12565>. Acesso em: 25 abr. 2018.

CRIPPA, A. et al. Descarte correto de medicamentos: construção de uma cartilha educativa. **Saúde em Redes**, Porto Alegre, vol. 3, n. 1, p. 7-17, 2017. Disponível em: http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/788/pdf_53. Acesso em: 20 jul. 2019.

CUNHA, G.H. et al. Resíduos de insulino terapia produzidos no domicílio de diabéticos acompanhados na Atenção Primária. **Rev Bras Enferm**, Fortaleza, v. 70, n. 3, p. 646-53, Mai./Jun, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v70n3/pt_0034-7167-reben-70-03-0618.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

DALL'AGNOL, C.M; FERNANDES, F.S. Saúde e autocuidado entre catadores de lixo: vivências no trabalho em uma cooperativa de lixo reciclável. **Rev Latino-am Enfermagem**, set./out, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15nspe/pt_02.pdf. Acesso em: 09 jan. 2018.

DANTAS, A.M.S; SILVA, P.L.N; FONSECA, J.R. Visão de profissionais, acadêmicos e usuários da atenção primária à saúde sobre o descarte correto de medicamentos: revisão integrativa de literatura. **Rev Saúde e Ciências Biológicas**, v. 6, n. 2, p. 197-205, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/jhbs/article/view/1503>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Manual de saneamento**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde/FUNASA, 2007. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_saneamento_3ed_rev_p1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2019.

GRACIANI, F.S; FERREIRA, G.L.B.V. Impacto ambiental de los medicamentos y su regulación em Brasil. *Rev Cubana de Salud Pública, Cuba*, v. 40, n. 2, p. 268-273, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rcsp/2014.v40n2/268-273/es>. Acesso em: 05 fev. 2019.

KOSHY, S. Disposal of unwanted medications: throw, bury, burn or just ignore?: Disposal of unwanted medications. **International Journal of Pharmacy Practice**, v. 21, n. 2, p. 131–134, abr. 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.2042-7174.2012.00249.x>. Acesso em: 28 fev. 2019.

LAZZARI, M.A; REIS, C.B. Os coletores de lixo urbano no município de Dourados (MS) e sua percepção sobre os riscos biológicos em seu processo de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, Dourados, MS, v. 16, n. 8, p. 3437-3442, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n8/a11v16n8.pdf>. Acesso em 30 ago. 2019.

LIBRELON, R. **Venda fracionada de medicamentos pode ser obrigatória**. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SAUDE/200153-VENDA-FRACIONADA-DEMEDICAMENTOS-PODE-SER-OBRIGATORIA.html>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MAIA, M; GIORDANO, F. Estudo da situação atual de conscientização da população de santos a respeito do descarte de medicamentos. **Revista Ceciliana**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 24-28, 2012. Disponível em: http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_07/1-2012-24-28.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

MOREIRA, A. M. M. **Riscos e agravos à saúde do trabalhador em centrais de triagem de materiais recicláveis**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NOGUEIRA, L.M; SILVEIRA, C.A; FERNANDES, K.S. Percepção de qualidade de vida de catadores de materiais recicláveis. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Recife, v. 11, n. 7, p. 2718-27, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/23445/19150>. Acesso em: 08 jan. 2019.

OLIVEIRA, C.E.D.N. **Avaliação dos riscos associados ao descarte inadequado de medicamentos no brasil**. 2014. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade De Brasília (Bacharelado em Ciências Ambientais), Brasília, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12639/1/2014_CarlosEduardodoNascimentoOliveira.pdf. Acesso em: 14 mai. 2019.

OLIVEIRA, M.C; PASCALI, P. Descarte correto do lixo gerado no tratamento do diabetes. **Sociedade Brasileira de Diabetes**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/publico/temas-atuais-sbd/1202-descarte-correto-do-lixo-gerado-no-tratamento-do-diabetes>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PEREIRA, E.R; SILVA, R.M.C.R.A; MELLO, F.P; OLIVEIRA, D.C; SILVA, M.A. Representações sociais dos catadores de um aterro sanitário: o convívio com o lixo. **Psicologia: teoria e prática**, v. 14, n. 3, p. 34-47, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v14n3/v14n3a03.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

PEREIRA, F.G.F. et al. Conhecimento e comportamento autorreferidos sobre descarte domiciliar de medicamentos. **Rev Fun Care Online**, v. 11, n. 1, p. 154-159, jan./mar, 2019. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6846/pdf_1. Acesso em: 14 fev. 2019.

SOUZA, R. L. R; FONTES, A. R. M; SALOMÃO, S. A triagem de materiais recicláveis e as variabilidades inerentes ao processo: estudo de caso em uma cooperativa. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4185-4195, 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2014.v19n10/4185-4195/pt>. Acesso em: 10 jan. 2019.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. Declaration on workers' health approved at the Seventh Meeting of the WHO Collaborating Centres for Occupational Health Stresa, Italy, 8-9 June 2006. Disponível em: https://www.who.int/occupational_health/Declarwh.pdf. Acesso em: 09 jan. 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO - Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2005), com especialização na modalidade médica em Análises Clínicas e Microbiologia (Universidade Candido Mendes - RJ). Em 2006 se especializou em Educação no Instituto Araguaia de Pós graduação Pesquisa e Extensão. Obteve seu Mestrado em Biologia Celular e Molecular pelo Instituto de Ciências Biológicas (2009) e o Doutorado em Medicina Tropical e Saúde Pública pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (2013) da Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutorado em Genética Molecular com concentração em Proteômica e Bioinformática (2014). O segundo Pós doutoramento foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Aplicadas a Produtos para a Saúde da Universidade Estadual de Goiás (2015), trabalhando com o projeto Análise Global da Genômica Funcional do Fungo *Trichoderma Harzianum* e período de aperfeiçoamento no Institute of Transfusion Medicine at the Hospital Universitätsklinikum Essen, Germany. Seu terceiro Pós-Doutorado foi concluído em 2018 na linha de bioinformática aplicada à descoberta de novos agentes antifúngicos para fungos patogênicos de interesse médico. Palestrante internacional com experiência nas áreas de Genética e Biologia Molecular aplicada à Microbiologia, atuando principalmente com os seguintes temas: Micologia Médica, Biotecnologia, Bioinformática Estrutural e Funcional, Proteômica, Bioquímica, interação Patógeno-Hospedeiro. Sócio fundador da Sociedade Brasileira de Ciências aplicadas à Saúde (SBCSaúde) onde exerce o cargo de Diretor Executivo, e idealizador do projeto “Congresso Nacional Multidisciplinar da Saúde” (CoNMSaúde) realizado anualmente, desde 2016, no centro-oeste do país. Atua como Pesquisador consultor da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG. Atuou como Professor Doutor de Tutoria e Habilidades Profissionais da Faculdade de Medicina Alfredo Nasser (FAMED-UNIFAN); Microbiologia, Biotecnologia, Fisiologia Humana, Biologia Celular, Biologia Molecular, Micologia e Bacteriologia nos cursos de Biomedicina, Fisioterapia e Enfermagem na Sociedade Goiana de Educação e Cultura (Faculdade Padrão). Professor substituto de Microbiologia/Micologia junto ao Departamento de Microbiologia, Parasitologia, Imunologia e Patologia do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) da Universidade Federal de Goiás. Coordenador do curso de Especialização em Medicina Genômica e Coordenador do curso de Biotecnologia e Inovações em Saúde no Instituto Nacional de Cursos. Atualmente o autor tem se dedicado à medicina tropical desenvolvendo estudos na área da micologia médica com publicações relevantes em periódicos nacionais e internacionais. Contato: dr.neto@ufg.br ou neto@doctor.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Anormalidades congênitas 40
Atenção primária de saúde 24
Avaliação da assistência à saúde 24

C

Câncer relacionado ao trabalho 114, 116, 121, 122, 123, 124, 126, 132, 133
Criança 18, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 39, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 66, 67, 68, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 104, 115
Criança e adolescente com deficiência 24

D

Descarte 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113
Disbiose intestinal 11, 12, 13, 15, 16
Doenças parasitárias 78, 89

E

Enfermagem 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 36, 37, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 111, 112, 113, 139, 140
Epidemiologia 18, 19, 37, 90, 114, 119, 131
Equipamentos de proteção individual 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10
Exposição ocupacional 114, 118, 131

F

Fisioterapia 18, 19, 20, 21, 69, 140

H

Hérnias diafragmáticas congênitas 40

I

Idoso 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100
Inflamação 11, 13, 15
Intestino 11, 12, 14, 40, 41, 42, 61, 67, 69, 78, 79, 88

L

Lesão por pressão 92, 93, 94, 100

N

Nexo epidemiológico 114, 128, 129, 130, 131

O

Obesidade 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19

P

Perfurocortantes 3, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111

Prevalência 12, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 44, 77, 79, 83, 84, 86, 87, 90, 91, 96, 100, 119

Prevenção de doenças 110

Prognóstico 22, 39, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 57, 63, 65, 66, 68, 69, 74

R

Recém-nascido 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 54, 70

Resíduos de medicamentos 102, 104, 105, 106

S

Saúde do trabalhador 1, 2, 3, 7, 9, 113

Sexo 14, 18, 21, 42, 45, 53, 56, 77, 81, 82, 83, 86, 87

U

Unidade de terapia intensiva 92, 94, 100

V

Vigilância 70, 94, 106, 111, 114, 123, 124, 125, 129, 131, 132, 133

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-843-4



9 788572 478434